

Na luta da PT Constituinte

Órgão Informativo da Bancada do Partido dos Trabalhadores — Brasília, 04 a 19 de agosto de 1987 — Nº 2



Quanto mais demora, mais piora

Através de um noticiário faccioso, alguns dos principais jornais e emissoras de TV do país têm procurado caracterizar a campanha pelas diretas em 1988 ora como um “fracasso”, ora como um “caso de polícia”. Exatamente como ocorreu no início da campanha pelas diretas de 1984, as manifestações públicas estão cercadas por um clima de intimidação criado artificialmente pelo próprio governo Samey e pelas forças conservadoras que o apóiam — entre as quais a maioria da chamada “grande imprensa”.

Nada mais falso do que dizer que os primeiros comícios pelas diretas em 1988 foram um “fracasso”. Tanto o de Brasília como o de São Paulo — o primeiro com cerca de 15 mil e o segundo com mais de 40 mil pessoas — provaram que a população é capaz de se mobilizar para defender seu direito de eleger um governo legítimo. As adesões de importantes líderes políticos representam uma

vitória indiscutível, como a do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas. Os comícios de Brasília e São Paulo superaram em número de participantes os primeiros comícios pelas diretas em 1984.

Mas a história não se repete. Hoje, a mobilização visa não apenas a pressionar a Constituinte para decidir soberanamente a eleição direta em 1988, indo ao encontro da vontade da população que a elegeu. A campanha cresce também no sentido de exigir uma Constituição progressista, além de representar um protesto contra a política de arrocho salarial contida no pacote Bresser.

O governo, por sua vez, tenta exibir um filme gasto, que ninguém aguenta mais. Alegando que a campanha é obra de “agitadores”, que querem “tumuluar”, ressuscitam a vergonhosa Lei de (in) Segurança Nacional. Criaram o maior estardalhaço, brandindo a LSN contra o presidente do PT de São Paulo, Djál-

ma Bom, por ele ter dito o que está na boca do povo: Samey é mentiroso. Ora, o presidente Samey comprometeu-se, em mensagem ao Congresso Nacional a respeitar o mandato de quatro anos preconizado por Tancredo Neves. Depois veio desafiar acintosamente a soberania da Constituinte, à qual cabe fixar o mandato, autoproclamando-se titular de cinco anos. Será que ele não faltou à verdade para com a Nação?

Faltou sim. Como também faltou à verdade quando do Plano Cruzado I, apresentado como se fosse o fim da inflação. Como se viu, a máscara permaneceu pendurada só até as eleições. O governo Samey está faltando com a verdade agora, quando sustenta que o pacote Bresser não traz prejuízos aos salários.

A campanha pelas diretas em 1988 é absolutamente ordeira e pacífica. Quem procura apresentar a campanha como uma “violência” são justamente aqueles que praticam

contra o povo a violência do arrocho salarial, a violência da Lei de Segurança Nacional, e a violência da tentativa de postergação da democracia.

A reunião do Comitê Nacional Pró-Diretas do dia 29/7 no Congresso, em que participaram dirigentes e parlamentares do PT, PDT, PC do B, Ala Progressista do PMDB e de várias entidades populares, decidiu apoiar o projeto de decisão do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que propõe as diretas, além de lançar uma emenda no mesmo sentido ao projeto de Constituição. Os próximos comícios marcados pelo Comitê são os seguintes:

Agosto: dia 7 em Caruaru, dia 10 em Campinas, dia 21 em Belo Horizonte, dia 26 em Goiânia, dia 28 em Salvador. Setembro: dia 4 no Recife, dia 5 em Maceió, dia 6 em Aracaju, dia 11 em Porto Alegre, dia 18 em São Luis, dia 25 no Rio de Janeiro e dia 4 de outubro em São Paulo.

IMPRESSO

PORTE PAGO
OR-BSB
ISR-47-331/86

Pinga Fogo



O deputado Olívio Dutra (PT-RS) denunciou da tribuna da Constituinte a violência da brigada militar e de fazendeiros da UDR ao retirarem as 152 famílias de trabalhadores rurais, que no dia 19 de julho ocuparam pacificamente a fazenda Juvenal, em Cruz Alta-RS. Olívio foi impedido de entrar na área, que foi cercada com barreiras pelos fazendeiros com a ajuda de policiais. O latifúndio em questão é área prioritária para desapropriação, conforme o INCRA. Ao regressar a Brasília, Olívio Dutra, junto com o deputado estadual Adão Preto (PT-RS) e outros parlamentares, esteve com o ministro da Reforma Agrária e com o presidente do INCRA, para exigir dos governos federal e estadual uma postura que não seja a de reforçar a violência de latifundiários contra trabalhadores.

★★★★

Empresários gaúchos estão forçando trabalhadores a assinarem -- sob ameaça de demissão -- emendas "populares" contra a estabilidade e as 40 horas. A denúncia, feita pelo deputado e vice-presidente da CUT, Paulo Paim (PT-RS), é admitida pelo presidente da Federação das Indústrias do estado. Paim requereu à Mesa da Constituinte a anulação de tais emendas, já que a coação utilizada para colher as assinaturas fere os mais elementares princípios da democracia, ao afrontar o exercício da cidadania e a liberdade individual dos trabalhadores.

★★★★

O deputado e médico Vítor Buazi (PT-ES), após avaliar parecer técnico sobre a intoxicação por alimentos deteriorados em cerca de mil estudantes que participaram, em Brasília do Congresso da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), está acompanhando o processo contra a empresa que forneceu as refeições. "Esse episódio revela a falta de seriedade com a Saúde Pública no Brasil", disse Vítor, que tem apresentado à Constituinte propostas no sentido de ampliar o controle da qualidade dos alimentos, e acabar com o uso indiscriminado de agrotóxicos que causam danos à saúde.

Falando da tribuna, Lula chamou a atenção dos constituintes para o desprezo que dirigentes empresariais têm em relação à soberania da Constituinte. O líder do PT referia-se à ida de presidentes de federações patronais e do presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco, ao Palácio do Planalto levar a Samey as propostas dos empresários para a economia do país. O senador, que é constituinte, preferiu tentar passar suas propostas através de um presidente sem legitimidade ao invés de trazê-las à Constituinte para serem debatidas.

★★★

Os empresários mostram que não estão aí para brincar. A pressão deles sobre a Constituinte nesta fase está maior do que a pressão popular. A todo instante chegam comissões, lobistas, documentos de entidades e grupos patronais. Até emendas "populares" estão articulando, em favor da propriedade privada, das escolas particulares, contra as 40 horas e estabilidade, etc. É mais um alerta para a necessidade de ampliarmos a mobilização dos trabalhadores em defesa de nossos direitos na futura Constituição.

★★★



A luta pela educação pública em todos os níveis é uma das principais vertentes da atuação do deputado Gumerindo Milhomem (PT-SP) na Constituinte. Nesse sentido, ele conseguiu ocupar uma vaga que ficou disponível na Comissão que tratou do assunto, onde engrossou o coro dos que lutavam contra os lobbies das escolas privadas, das multinacionais da informática e dos meios de comunicação. Na defesa do ensino público, Gumerindo vem priorizando o trabalho junto a entidades representativas, já que a mobilização popular organizada e o único instrumento capaz de garantir a democratização do ensino no futuro texto constitucional.



O deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) encaminhou à Mesa da Constituinte projeto de resolução estabelecendo a realização de um plebiscito popular acerca da nova Constituição. Pela proposta, o plebiscito deverá se realizar 90 dias após a conclusão final da votação do projeto de Constituição, através de sufrágio universal, direto e secreto. Os cidadãos reprovam ou aprovam o projeto na íntegra, e ainda se posicionam sobre temas específicos requeridos por 56 constituintes. A idéia do plebiscito foi proposta pelo PT no início da Constituinte, e agora é disciplinada em projeto elaborado por Virgílio.

★★★

O deputado Paulo Delgado (PT-MG), em pronunciamentos feitos na última semana, condenou as posições do ministro da Justiça, Paulo Brossard, que, "quando senador de oposição criticava e era ameaçado pela Lei de (in) Segurança Nacional, e hoje, no poder, enquadra na mesma lei iníquos adversários da Nova República". Segundo o parlamentar petista, "Brossard faz o papel de caprichoso zelador da concepção santificada do Estado, que não pode ser profanado pelas opiniões vindas da classe trabalhadora". Disse Delgado que o Estado é para ser criticado e não venerado, como quer o ministro.

★★★

A atuação do deputado Luís Gushiken (PT-SP) tem se concentrado principalmente em duas lutas: a estatização dos bancos e a liberdade e autonomia sindical. A primeira proposta apresentada por Gushiken ao Congresso Constituinte prevê: as instituições financeiras são de propriedade exclusiva do Poder Público, cabendo-lhes privativamente o exercício das atividades de intermediação financeira em todas as suas modalidades." Para possibilitar a liberdade e autonomia sindical, Gushiken defende a aprovação da Convenção 87 da OIT.

O PT cresce e o eleitorado aparece

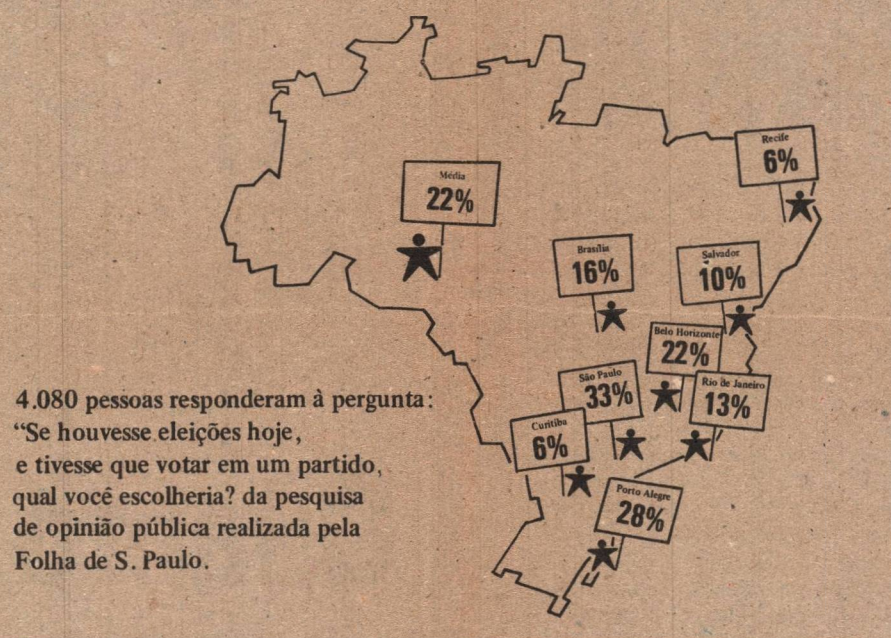
Pesquisa realizada pela Folha de S. Paulo em oito capitais do País, e publicada no dia 18 de julho, constatou o avanço do PT. Na média o PT é o primeiro partido nas intenções de voto com 22 por cento, contra 20% do PMDB, 8% do PDT, 3% do PDS, 2% do PFL e 1% do PTB.

Esta é a primeira vez que o PT surge como o partido preferido do eleitorado nesse conjunto de capitais, o que é um dado político da maior importância. A

coerência do nosso Partido e sua fidelidade aos compromissos populares são fatores que levaram a este quadro. A atuação séria e combativa da bancada do PT na Constituinte certamente contribuiu também para isso.

O crescimento do PT impõe a cada militante novos desafios e responsabilidades, na medida em que se torna uma alternativa real de poder para transformar o Brasil.

A PREFERÊNCIA PELO PARTIDO NAS OITO CAPITALIS



As diferenças entre lobby e pressão popular

Com a Constituinte em funcionamento, onde os mais variados interesses estão em jogo, multiplicou-se no Brasil o fenômeno do lobby -- palavra inglesa que se traduz por "grupo de pressão". De modo geral, a grande imprensa diz que lobby é toda atividade de defesa de interesse, inclusive dos trabalhadores. Afinal, o que há em comum entre os lobbies empresariais e a participação popular organizada?

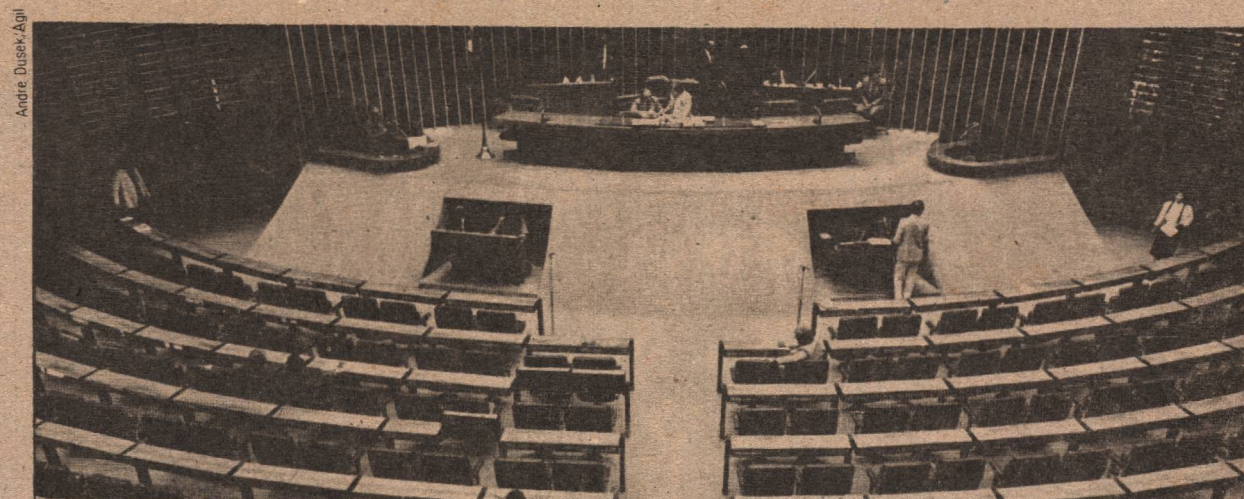
Nada. Em primeiro lugar, há uma diferença fundamental quanto à representatividade. Enquanto os trabalhadores pressionam os constituintes com a sua própria presença nas ruas, ou através de suas entidades associativas, os empresários contratam lobistas profissionais, sem qualquer vínculo direto. Ou seja, o lobby é um negócio a mais.

A segunda diferença básica é quanto aos métodos. Enquanto a ação das entidades populares é transparente e depende da mobilização política de seus associados, os lobbies agem à sombra. Alguns não têm qualquer limite ético, utilizando para chegar aos seus fins o suborno, chan-

tagens, troca de favores escusos, etc.

O governo federal é o maior lobby atuante na Constituinte. Oferece cargos, emissoras de TV e rádio e outras benesses em troca de apoio às suas propostas. Muitas vezes o lobby é feito diretamente por empresas. A Federação Nacional dos Docentes de Escola, por exemplo, até distribuiu uma cartilha em que sugere a cada associado levar seis empregados a Brasília para pressionar e agredir os constituintes favoráveis ao ensino público gratuito. A UDR, por sua vez, trouxe a Brasília milhares de trabalhadores despolitizados, para engrossar as fileiras dos patrões.

O DIAP -- Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar --, que vem defendendo os interesses dos trabalhadores no Congresso Constituinte, é chamado freqüentemente de lobby. Sua atividade, porém, é completamente diferente do lobby empresarial. Sustentado por entidades sindicais a ele associadas, o DIAP atua aberta e legitimamente, com pessoal ligado ao movimento social, e publica os resultados do seu trabalho.



Foi para encher esse plenário -- e as galerias -- que o PT propôs a discussão dos grandes temas nacionais

Sessões Extraordinárias vão esquentar o debate

Ao propor a discussão de temas específicos em datas definidas, o Partido dos Trabalhadores, através do vice-líder Plínio Arruda Sampaio, assumiu a iniciativa desta fase da Constituinte. O objetivo da proposta, era estimular os debates sobre o projeto de Constituição, possibilitando uma maior participação popular. Era a saída para o esvaziamento que tomou conta do plenário durante todo o mês de julho, quando cada orador falava sobre um assunto diferente, sem uma discussão objetiva que atraísse o interesse dos constituintes e mobilizasse a população.

Mas o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, não parecia preocupado com isso. Ele adiou por várias vezes uma reunião de lideranças para tratar do problema, e acabou rejeitando a proposta do PT.

Dispostos a insistirem na questão, líderes do PT, PDT, PCdoB e até do PDS apresentaram juntos uma fórmula intermediária.

De acordo com a proposta aprovada, haverá nove sessões com início às 18h45. Cada orador terá 20 minutos. A distribuição dos oradores foi feita proporcionalmente ao

número de constituintes de cada partido. Desta forma, o PT terá um orador para cada tema. (O PMDB terá três). Veja no quadro abaixo a distribuição dos temas. É importantíssimo que as entidades e os militantes do PT ligados a cada questão em debate estejam nas galerias da Constituinte no dia previsto.

SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

Agosto	
Dia 4 (3ª feira) . . .	Regime de Governo/Presidencialismo ou Parlamentarismo
Dia 5 (4ª feira)	Estados, União e Municípios
Dia 6 (5ª feira)	Reforma Agrária
Dia 11 (3ª feira)	Economia, Propriedade e Estatuto de Empresa Nacional e Estrangeira
Dia 12 (4ª feira)	Direitos Trabalhistas e Liberdade Sindical
Dia 13 (5ª feira)	Educação
Dia 18 (3ª feira)	Sistema Eleitoral e voto distrital
Dia 19 (4ª feira)	Reforma Urbana
Dia 20 (5ª feira)	Saúde e Previdência Social



Continua em ritmo intenso a coleta de assinaturas para as emendas populares. O PT está apoiando diversas dessas emendas, com prioridade nacional para duas - Diretas em 88 e Direitos dos Trabalhadores -- e com opção regional para outras nove: Reforma Agrária, Ensino Público Gratuito, Democratização dos Meios de Comunicação, Menores, Suspensão do Pagamento da Dívida Externa, Estatização do Sistema Financeiro, Participação Popular, Reforma Urbana e Direito à Saúde. É necessário colher o máximo possível de assinaturas, pois o número delas é um indicador da força das propostas.

O prazo final de entrega é o dia 18 de agosto, mas no dia 12 a Articulação Nacional de Entidades fará uma entrega conjunta de vá-

rias emendas progressistas, inclusive as que o PT apóia. Enquanto isso, várias emendas vêm sendo encaminhadas à Constituinte por diferentes setores.

A direita também está organizando algumas Emendas Populares. A UDR, por exemplo, patrocina uma contra a Reforma Agrária, e há até mesmo uma emenda propondo a monarquia. Isso mostra que as forças do movimento popular precisam dar toda atenção à coleta de assinaturas, e evitar que emendas contrárias aos interesses populares acabem tendo mais assinaturas que as emendas progressistas. Lembrete final: é preciso ter à mão o título eleitoral ou seus dados copiados num papel, pois sem esses dados as assinaturas não serão consideradas pela Constituinte.



PLÍNIO:

Uma Constituinte conservadora pode votar um texto não-reacionário. O jogo não está decidido e

É hora do povo entrar em campo

Plínio, que avaliação você faz dos trabalhos desenvolvidos até agora? O que, na sua opinião, se pode esperar da Constituinte?

A imprensa burguesa tem procurado denegrir o trabalho realizado até agora na Constituinte. Não consigo entender bem essa atitude, porque afinal essa mesma burguesia, usando seu poderio econômico, elegeu a maioria dos constituintes. Como explicar essa contradição? Como em política tudo o que não tem explicação tem uma "outra" explicação, penso que esses ataques visam a preparar terreno para desmoralizar a Constituinte, caso o texto não saia de acordo com os interesses do grande capital. Mas surge outra pergunta: isso é possível, sendo a Constituinte formada majoritariamente por conservadores? Aí está o aspecto dinâmico da política: uma Constituinte conservadora, se for devidamente pressionada pelo povo, pode votar um texto não reacionário. Conclusão: o jogo jogado até agora na Constituinte ainda não está decidido. O jogador decisivo - o povo - ainda não entrou em campo. Daí a importância dos comícios pelas diretas. Se o povo vier maciçamente para a rua, pode-se ter esperança de um texto progressista.

Você foi relator da Sub-comissão do Poder Judiciário. Como foi o trabalho lá? Quais as propostas mais importantes que passaram por eh, e quais foram acolhidas?

O trabalho da Subcomissão do Poder Judiciário foi melhor do que o da Comissão dos Poderes. Explico: esta Comissão "cortou" avanços que havíamos conquistado na Subcomissão. Daí a necessidade de recolocar esses aspectos na fase de plenário. Mas o que constitui avanços e está no texto? A Justiça Especial nos bairros e distritos, para julgar rapidamente causas civis de menor complexidade e crimes de menor potencial ofensivo; a impossibilidade de decretar uma greve ilegal, a menos que o próprio sindicato de trabalhadores tenha pedido à Justiça do Trabalho para arbitrar o conflito trabalhista; a concessão aos sindicatos e associações civis do direito de mover ação em nome de seus associados, evitando assim o risco de perseguição; a criação da Justiça Agrária; e a Defensoria Pública, para dar advogado gratuito a quem tem problemas a resolver na Justiça.

E a Reforma Agrária? Você, como presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária — ABRA, de que forma avalia as pers-



Deputado Plínio de Arruda Sampaio (SP), vice-líder do PT

Duca Lessa

pectivas da Reforma Agrária na Constituinte?

Quanto à Reforma Agrária, estamos entrando para o segundo tempo com um gol contra. O texto atual é ruim. Para mudá-lo, precisamos arregimentar mais gente do que a UDR, e fazer uma aliança mais ampla na Constituinte. A UDR levou milhares de manifestantes a Brasília e anuncia uma emenda popular assinada por 2 milhões de pessoas. Nós temos que superar isso, e temos que ter a capacidade de negociar com os constituintes progressistas do PMDB e PFL, e com os partidos de esquerda, uma fórmula de Reforma Agrária que seja mais avançada tanto em relação ao texto atual do anteprojeto como em relação ao texto da Carta dos militares de 1967.

A atuação da bancada do PT vem sendo satisfatória?

Uma coisa é certa. Nossa bancada está surpreendendo os constituintes pela seriedade, competência,

combatividade e capacidade de negociação sem transigências. Ouço isto de jornalistas, constituintes e pessoas que acompanham o noticiário.

O que pode ser feito pelas entidades populares e pelos militantes do PT no sentido de influir positivamente nas decisões da Constituinte?

Mobilizar povo. Encher listas e abaixo-assinados pelas Emendas Populares. Articular-se com lideranças locais e cobrar posições dos constituintes que foram eleitos com os votos do pessoal desses locais. Ou seja, pressionar o constituinte na sua base eleitoral. Isto exige articulação política com outras forças que não exclusivamente o PT. A competência para fazer articulações desse tipo constitui, a meu ver, o traço marcante de um militante partidário e popular. Além de dedicação, coragem, combatividade, o povo precisa de líderes com competência.

Na luta da Constituinte

Órgão Informativo da Bancada do Partido dos Trabalhadores no Congresso Constituinte.

Tiragem: 15.000 exemplares. Elaborado pela Assessoria de Comunicação da Liderança do PT.

Texto e edição: Márcio Araújo e Luiz Cláudio Pinheiro.

Diagramação: Licurgo Botelho

Ilustração: Oscar

Distribuição: Secretaria Nacional de Organização.

Impressão: Art Graf — Editora e Artes Gráficas.

Endereço: Liderança do PT, Câmara dos Deputados Pç. dos Três Poderes

CEP 70160 — Brasília-DF

PT: presença marcante na Constituinte

O PT teve uma atuação marcante nas Comissões Temáticas da Constituinte. No Total, os 16 membros da bancada petista apresentaram 1.986 propostas de emendas, e mais de mil requerimentos de destaque. Em termos proporcionais, foi o partido mais ativo naquela fase dos trabalhos. Muitas das propostas apresentadas pelos nossos deputados foram aproveitadas e integram o anteprojeto da Constituição, assegurando novos direitos à população. A bancada do PT apresen-

tou um projeto completo de Constituição, além de um projeto de regimento interno para a Constituinte.

Já na fase da Comissão de Sistematização a tática foi diferente. Não cabiam, pelo regimento interno, emendas de mérito (isto é, que alterassem o conteúdo), e o objetivo era facilitar uma aprovação rápida do anteprojeto, para não retardar a Constituinte. A tática conservadora era tumultuar os trabalhos dessa fase, apre-

sentando milhares de emendas de mérito. O Palácio do Planalto chegou a elaborar um substitutivo completo, na forma desejada por Samey. O senador José Richa, articulado com o governo, propôs a suspensão das atividades da Constituinte por 30 dias. O PT, resguardando-se para os debates de plenário, limitou-se a apresentar na Sistematização 88 emendas de mera adequação de texto. Além disso, propôs a discussão por temas no plenário. A luta continua!